



ENTREVISTA DA SEMANA
Júlio Campos - Deputado estadual de Mato Grosso
"União Brasil demorou a deixar base do governo, mas lealdade agora será cobrada" - Pág. 3

Jornal Centro-Oeste
Popular
25 anos fazendo notícia

FALTA DE FISCALIZAÇÃO

Secretaria Municipal de Saúde investiga denúncias de venda ilegal de medicamentos controlados em farmácia de Cuiabá

Consumidores relatam aquisição de psicotrópicos e antibióticos sem receita médica em drogaria; caso levanta suspeitas de omissão de órgãos fiscalizadores - Pág. 8

TRANSPARÊNCIA NA CASA

Presidente da Câmara esclarece situação de vereadores afastados e pedidos de saída

Paula Calil abordou movimentações locais e nacionais, destacando o retorno de vereadores afastados, a situação de Chico no PL e questionamentos sobre mandatos de deputados fora do país
Pág. 7



OPERAÇÃO PERFÍDIA

Sargento Joelson volta à Câmara de Cuiabá enquanto investigação segue

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) determinou o retorno do vereador Sargento Joelson ao cargo na Câmara Municipal de Cuiabá. O parlamentar estava afastado desde abril de 2025 em razão da Operação Perfídia, que investigou supostas irregularidades no uso da verba indenizatória e eventual utilização indevida de cargos comissionados para fins pessoais e políticos.

O recurso da defesa de Sargento Joelson foi acatado pela Quarta Câmara Criminal do TJMT, permitindo que ele reassuma imediatamente suas funções legislativas. O afastamento havia ocorrido paralelamente ao do vereador Chico 2000, ex-presidente da Casa, também atingido por determinação judicial. [Leia mais na página 6](#)



TENSÃO ENTRE PODERES

Deputado Cattani critica julgamento de Bolsonaro e aponta "teatro jurídico" no STF

Deputado critica julgamento de Bolsonaro no STF, aponta suposta parcialidade de Alexandre de Moraes e denuncia falta de reação do Senado diante do que chama de "teatro jurídico" - Pág. 6



NOVELA MEXICANA

TRT não recebe propostas e futuro da Santa Casa de Cuiabá permanece indefinido

Após tentativa frustrada de venda por R\$ 54,7 milhões, futuro da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá permanece indefinido e dívidas trabalhistas seguem sem solução - Pág. 5

Soraya Medeiros
Jornalista

“ Não é difícil amar quando tudo floresce. O desafio está em continuar regando o jardim quando as pétalas caem, quando a rotina pesa e a vida exige mais do que palavras bonitas ”

O amor e a coragem de ficar!

Há quem pense que amar é apenas sentir: o coração acelerado, o arrepiado inesperado, o encanto fácil dos primeiros dias. Mas o amor verdadeiro não se sustenta só no impulso das emoções — ele se constrói, silencioso e persistente, no cotidiano.

Amar é muito mais do que o instante do encontro; é a escolha que se repete nas manhãs comuns, quando o café é posto à mesa, quando o silêncio divide espaço com o jornal ainda dobrado, quando o olhar, mesmo distraído, insiste em permanecer.

Não é difícil amar quando tudo floresce. O desafio está em continuar regando o jardim quando as pétalas caem, quando a rotina pesa e a vida exige mais do que palavras bonitas. Amar é atravessar os dias nublados de mãos dadas, mesmo quando o vento sopra contrário.

Amar é compreender que ninguém é inteiro, que todos carregamos falhas e cicatrizes, e ainda assim decidir ficar. É cuidar do outro em sua ausência de si, é respeitar quando a diferença grita, é permanecer quando seria mais fácil par-



Imagem: Criada por Kleber Simioni com recursos de IA da Microsoft Designer

tir. O momento mais difícil na vida de alguém que está ao seu lado é quando a doença chega. É quando você mostra que está ali, com todas as dificuldades, e decide permanecer, segurando a mão da pessoa amada e dizendo que estarão juntos nesta ou em qualquer outra caminhada.

O amor não se revela apenas nas grandes declarações, mas nos gestos discretos, quase invisíveis: no abraço que consola, no ouvido que acolhe, na paciência que se renova. Amar é verbo — e o verbo pede ação.

Por isso, amar não é só sentir. É escolher todos os dias cuidar, respeitar e permanecer. Porque é justamente nos momentos difíceis que o amor mostra sua verdadeira força.

Soraya Medeiros
é jornalista com MBA em Marketing, formação em Gastronomia e certificação como sommelier. Une comunicação, estratégia e enogastronomia.

EDITORIAL

Denunciar é proteger: a importância de combater a violência contra a mulher

A violência contra a mulher é uma chaga social que atravessa gerações, manifestando-se de formas físicas, psicológicas, sexual e até econômica. No Brasil, os números de feminicídio e agressões seguem alarmantes, evidenciando que, apesar das leis e políticas públicas existentes, a cultura de desigualdade e violência de gênero ainda persiste.

Denunciar é o primeiro passo para interromper esse ciclo de violência. Muitas mulheres permanecem em situação de risco por medo, vergonha ou falta de conhecimento sobre os canais de apoio. A Lei Maria da Penha criou mecanismos de proteção, mas eles só funcionam se houver coragem de buscar ajuda. Ao denunciar, a vítima não apenas busca proteção, mas também contribui para que o agressor seja responsabilizado, evitando que novos crimes sejam cometidos.

Além do impacto direto na vida das mulheres, a denúncia fortalece a sociedade como um todo. Ela permite que órgãos públicos, como a polícia, o Ministério Público e os serviços de assistência social, identifiquem padrões de violência, desenvolvam políticas efetivas e intervenham de forma preventiva. Denunciar é, portanto, um ato de cidadania e solidariedade.

É fundamental que familiares, amigos e vizinhos também atuem como rede de apoio, encorajando as vítimas a buscar ajuda e orientando sobre os canais disponíveis. Plataformas como o Disque 180, delegacias especializadas e centros de referência de atendimento à mulher oferecem orientação, acolhimento e proteção.

Não há justificativa para silenciar frente à violência. Cada denúncia é um passo em direção a uma sociedade mais justa, igualitária e segura. Combater a violência contra a mulher é dever de todos — do poder público, da sociedade e de cada indivíduo. Denunciar não é apenas um ato de coragem, é um compromisso com a vida e com a dignidade de todas as mulheres.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

Em razão de matéria jornalística recentemente publicada, envolvendo o nome do Sr. Maykon Milas, faz-se necessário prestar os devidos esclarecimentos.

O referido texto, de forma unilateral, relacionou o nome e a imagem do Sr. Maykon sem que houvesse qualquer contato prévio para ouvir sua versão dos fatos. Ressalte-se que não houve autorização para utilização de sua foto, tampouco foi oportunizado o direito de manifestação, condutas que ferem os princípios básicos da imparcialidade jornalística.

Esclarece-se que o Sr. Maykon Milas encontra-se apenas citado em inquérito policial ainda em andamento, o qual se encontra sob análise do Ministério Público, que sequer decidiu se oferecerá ou não denúncia.

Importante destacar que não existe qualquer prova que confirme as alegações atribuídas pelas supostas vítimas A.B. e L., motivo pelo qual a veiculação da matéria se mostra precipitada e tendenciosa, com evidente prejuízo à honra e à imagem do Sr. Maykon.

Por fim, reafirma-se a confiança na Justiça e a convicção de que a verdade prevalecerá, restabelecendo a imagem e a dignidade do Sr. Maykon Milas.

EXPEDIENTE

🐦 📘 📷 copopular.com.br

DIRETOR
Maykon Milas

DEPTO COMERCIAL
(65) 3052-6030 ou 3052-6031

FOTOS
Assessoria e divulgação

EDITOR DE ARTE
CO Popular

PAUTA
redacaocopopular1@gmail.com
admcpopular1@gmail.com



CIRCULAÇÃO
Cuiabá, Várzea Grande e baixada

Cuiabá-MT - CEP: 78.048-487
Rua I, Nº 105, Edifício Eldorado Hill Office, sala 24 - Alvorada

PINGA FOGO



Aulas suspensas

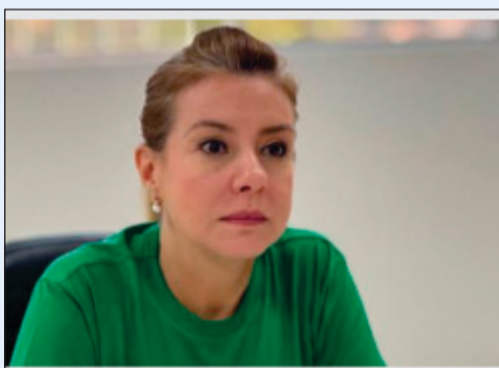
O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) protocolou um requerimento de informações e providências à Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e ao governador Mauro Mendes (UB) cobrando soluções para a falta de vigilantes nas escolas estaduais, especialmente no período noturno. A ausência desses profissionais tem facilitado furtos de fios de cobre, equipamentos eletrônicos e outros materiais, prejudicando o funcionamento das unidades e o aprendizado dos alunos. Segundo o parlamentar, a mudança promovida pela Portaria nº 1.138/2024, que deslocou vigilantes para o período diurno e desviou suas funções, compromete a segurança escolar. Lúdio solicita dados detalhados sobre o quantitativo de vigilantes, cobertura noturna, carga horária e registros de furtos nos últimos cinco anos, além de estimativas de prejuízos financeiros. O requerimento, aprovado por unanimidade na Assembleia Legislativa, cita casos recentes em Cuiabá, Colíder e Itanhanga, incluindo ocorrências mesmo em escolas monitoradas pelo programa Vigia Mais MT, e pede que a Seduc restabeleça ou contrate profissionais para garantir segurança efetiva à comunidade escolar.

Secretário exonerado



O vereador licenciado Roberto Serenini (PL) foi exonerado do cargo de Secretário de Saúde de Cuiabá (311 km a oeste de Cuiabá) após ser preso durante a Operação Infirmos, acusado de envolvimento em esquema de tráfico de drogas que utilizava veículo oficial da prefeitura. Com a exoneração, o vice-prefeito Geraldo Elias Ribeiro (Podemos) assumiu interinamente a Secretaria de Saúde. Em vídeo divulgado nas redes sociais, o prefeito Jadilson Alves de Souza (União) afirmou que não compactua com as ações do ex-secretário e que estão sendo tomadas medidas administrativas para garantir transparência, legalidade e o bem-estar da população, confiando no trabalho das autoridades responsáveis pela investigação para esclarecer os fatos.

Socorro para saúde de VG



A prefeita Flávia Moretti (PL) protocolou junto ao governo de Mato Grosso um estudo técnico que aponta a necessidade de construção de um novo hospital em Várzea Grande, devido às condições precárias da unidade atual, que compromete o atendimento aos pacientes. Recentemente, uma pane no transformador deixou o hospital sem energia durante a madrugada, obrigando a transferência de 23 pacientes em estado grave, incluindo adultos, crianças e recém-nascidos, para outras unidades. Moretti destacou que a nova unidade fortalecerá a integração com UPAs e unidades básicas, garantindo fluxo mais eficiente, melhoria nos indicadores de saúde e maior dignidade e segurança para a população. Enquanto isso, a atual unidade passa por obras de reestruturação em setores críticos, com investimento de R\$ 11,7 milhões do governo estadual, mas as intervenções são paliativas e insuficientes para suprir todas as necessidades.

Ideologia de gênero ou segurança?



O líder de governo na Câmara de Cuiabá, vereador Dilemário Alencar (União), apresentou um projeto de lei que propõe a proibição de banheiros unissex nas escolas, embora não haja registro de unidades desse tipo na Capital ou no estado. Segundo o parlamentar, a iniciativa surge em resposta a reclamações de pais e professores preocupados com a suposta aplicação da "ideologia de gênero" nas escolas. O projeto será agora analisado pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCR).

Liberado



Alvo de investigação por suposto recebimento de propina, o vereador Chico 2000 (PL) afirmou estar sendo cortado por diversos partidos políticos, sem revelar quais. O parlamentar disse que ainda permanece no Partido Liberal, sigla à qual está filiado, e que tomará uma decisão sobre eventual mudança no momento oportuno, comunicando oficialmente sua saída quando for o caso. Segundo ele, apesar das especulações, ainda não há definição sobre seu futuro partidário.

Júlio Campos - Deputado estadual de Mato Grosso

“União Brasil demorou a deixar base do governo, mas lealdade agora será cobrada”

Foto: Assessoria



Júlio Campos fala sobre a saída do União Brasil da base de Lula, anistia para envolvidos em atos de depredação, organização do partido e a CPI da Edna

| Lucas Leite | Da Redação

Centro Oeste Popular- Deputado, o senhor afirmou que o União Brasil demorou a deixar a base do governo Lula, mesmo sem oferecer a contrapartida esperada. Essa demora foi resultado de divergências internas no partido ou de uma estratégia política para manter espaços no governo federal?

Júlio Campos- Eu acho que demorou. Porque nós, do União Brasil, há quatro anos votamos em Bolsonaro. Ninguém nos desconhece. Eu e todos nós, lideranças: o governador Mauro, o senador Jaime, todos os deputados federais, o Rodel Assis. Éramos da base de Bolsonaro. Eu não entendi por que o diretório nacional foi participar do governo Lula. Mas, a partir do momento em que entrou no governo, tinha que dar a contrapartida. Recebeu três ministérios, mas não estava entregando essa contrapartida. A nossa bancada federal, tanto na Câmara quanto no Senado, praticamente não votava com o governo. Então, já estava na hora de sair. Demorou para sair. Mas eu apoio totalmente a decisão do presidente de cobrar lealdade. E partido que não apoia tem que ser retirado do governo.

Centro Oeste Popular- Deputado, o senhor defende que os responsáveis pelos atos de depredação recebam penas mais brandas e que o Congresso aprove uma anistia. Como responder às críticas de que essa medida poderia significar impunidade para crimes contra a democracia?

Júlio Campos- Eu acho que quem cometeu crimes absurdos, de quebradeira, de destruição, esse tem que receber uma penalidade justa. Não 17 anos, não 14 anos, mas uma punição razoável, que pague pelo crime cometido e até indenizasse os prejuízos causados. Mas a anistia terá que vir, consequentemente, no ano que vem. Eu acredito que o novo Congresso terá que votar. Se não votar este ano, terá que votar no próximo. Ou, então, em outra legislatura.

Centro Oeste Popular- Deputado, o senhor destacou a importância de manter o grupo unido para garantir a eleição de mais parlamentares. O senhor acredita que uma eventual divisão poderia enfraquecer o bloco do União Brasil e comprometer as chances do partido nas próximas eleições?

Júlio Campos- Com certeza. No momento em que sai, já imagino? Sai Júlio Campos de um lado, Botelho para outro, Dilmar para outro, Sebastião Rezende para outro... Onde é que vamos conseguir eleger deputados? Acredito que não. Se permanecermos unidos e fizermos o trabalho de ir até as nossas bases, lançando candidatas a deputados, fortalecendo a chapa com vereadores de votação expressiva, ex-prefeitos, ex-companheiros, temos condições de eleger de cinco a seis deputados estaduais e ainda valorizar nossos suplentes. Como estamos fazendo agora. Veja: na banca-

Em entrevista ao Centro Oeste Popular, o deputado estadual Júlio Campos falou sobre temas polêmicos e estratégicos da política estadual e nacional. Entre os assuntos abordados, destacam-se a saída do União Brasil da base do governo Lula, a defesa de uma anistia para os envolvidos nos atos de depredação, a organização interna do partido e o risco de enfraquecimento do bloco, além de questões sobre a liberação de emendas em Várzea Grande e a condução da CPI da Edna.

O parlamentar não poupou críticas ao Supremo Tribunal Federal no caso do ex-presidente Bolsonaro, defendeu a valorização dos suplentes e apontou a necessidade de articulação política junto ao governo do Estado para garantir a efetividade das emendas. Ao longo da conversa, Júlio Campos destacou a importância da lealdade partidária, da unidade dentro do União Brasil e da coragem dos deputados para tocar projetos como a CPI da Edna.

da atual do União Brasil já subiu a quarta suplente, a deputada Sandy de Paula, que terá nova oportunidade no ano que vem. Então, ao valorizar os suplentes, mantemos o grupo fortalecido. Essa história de dividir me preocupa. Para onde vamos? Como vai ser feita essa distribuição? Será que os outros aceitarão? Quando um deputado comanda mais de 30, 35, 40 mil votos em uma legenda e sai, isso causa estranheza dentro do partido.

O próprio deputado De Paula, um dos nossos companheiros progressistas que agora está conosco, no União Brasil junto com o PP, que virou União Progressista, também estava preocupado com isso. Mas acredito que agora já acalmou, e ele viu que temos chance de todos permanecermos unidos. Porque, se houver desunião, não será bom para o futuro.

Centro Oeste Popular- Deputado, diante da dificuldade de atrair lideranças para compor a chapa, como convencer essas pessoas a participar sem que sintam que estão apenas servindo de 'escada' para os atuais deputados do União Brasil e do PP?

Júlio Campos- Não é isso. Você tem que se comprometer politicamente. Tem que dizer assim: "Companheiro, você vai ajudar o partido agora? Mas daqui a dois anos, se você for candidato a prefeito, terá todo o apoio do partido". Ele sabe que será um companheiro para ajudar o partido.

Na eleição passada, o que aconteceu? O vice-prefeito de Primavera do Leste, Admir Goss, tinha todas as condições de ser candidato a deputado estadual. Só queria uma palavra do governador Mauro Mendes, garantindo que, se ele fosse candidato a prefeito em 2024, teria o apoio do governo.

O governador não quis assumir esse compromisso, não quis oficializar. Resultado: ele não foi candidato. E com isso, Gilberto deixou de ser deputado federal por seis mil votos. Perdemos uma cadeira. Se Admir tivesse sido candidato, teria feito pelo menos doze mil votos. Nós disputamos com 19 candidatos, quando tínhamos direito de lançar 25. Com mais seis nomes, vereadores do interior, ex-prefeitos, lideranças locais, poderíamos ter somado mais uma ou duas cadeiras para o União Brasil. Então, precisa ser feito um trabalho. E esse trabalho não é só nosso. Quem tem que agir é quem está com o poder na mão: o governador Mauro Mendes, que é presidente do partido e tem a força do governo. Governo é governo.

Centro Oeste Popular- Deputado, houve um encaminhamento no processo do ex-presidente Bolsonaro que chamou atenção. A defesa deve apresentar novos elementos para tentar reduzir a pena. Como o senhor avalia esse movimento jurídico e o ambiente no Supremo?

Júlio Campos- Confesso que não acompanhei. Mas pode já ser resultado: Bolsonaro vai ser condenado. Esse Supremo Tribunal Federal já está contaminado. Todos os pedidos de defesa dos possíveis condenados ou réus são indeferidos. Você vai acreditar em uma turma composta por quatro ministros extremamente comprometidos com o governo e com a ideia de punir? Apenas um é juiz independente: o ministro Fux, que é de carreira. Ele fez concurso no Rio de Janeiro, passou, foi juiz, depois desembargador federal, em seguida ministro do STJ e, hoje, ministro do Supremo. É o único que está agindo com coragem. Eu não acredito. Para mim, já está liquidado. Bolsonaro vai pagar a maior pena que o tribunal puder dar.

Centro Oeste Popular- Deputado, em Várzea Grande, a prefeita Flávia Moretti tem reclamado da dificuldade em receber emendas. Como o senhor avalia a situação das emendas aqui na Assembleia e o papel do governo do Estado na liberação desses recursos?

Júlio Campos- Olha, da minha parte, eu consegui liberar para ela o que prometi: um milhão e meio de reais para a saúde de Várzea Grande, para ajudar na compra de medicamentos e na realização das cirurgias das pessoas que estão na fila.

Agora, se os outros deputados... ela precisa ter mais habilidade junto ao governo do Estado. Porque quem libera não é o deputado; o deputado apenas propõe a emenda. Quem libera é o governo do Estado. Ela precisa se aproximar mais da Casa Civil e do governador, para que a liberação aconteça com mais rapidez. O deputado Fábio colocou emenda, o deputado Botelho, eu e outros parlamentares, como o deputado Wilson Santos... enfim, todos ajudamos. Agora, cabe a ela acessar melhor os responsáveis pelos pagamentos, que é o governo do Estado.

Centro Oeste Popular- Deputado, a CPI da Edna corre o risco de ser rejeitada aqui na Casa? E como o senhor avalia a condução dessa CPI, ao propor, coletar assinaturas e depois precisar discutir com a Casa Civil antes de apresentá-la?

Júlio Campos- Não tem sentido o que ocorreu aqui. Quatorze deputados assinaram e hoje estamos reduzidos a sete assinaturas. Fico muito triste. Já houve tentativas de convocação política, que poderiam envolver pessoas do governo. Tudo isso é muito ruim. Mas a CPI ainda pode ser ressuscitada, dependendo da coragem dos nossos deputados. Estranho, né? Eu também não entendi aquela situação. Até levantei a dúvida: por que se faz um documento pedindo a assinatura dos colegas e só depois se discute com o governo se pode ou não apresentar? Fica meio suspeito, né?

Acesse: www.grupomilas.com.br

PROTEÇÃO ÀS MULHERES

Comissão especial vai analisar feminicídios e falhas do poder público em Mato Grosso

Parlamentar cria comissão especial para investigar feminicídios em Mato Grosso e cobrar políticas públicas eficazes, após recusa do governo em abrir CPI

■ | Maria Cardoso | Da Redação

Em resposta à recusa da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT) em instaurar uma CPI sobre feminicídios, a deputada estadual Edna Sampaio articulou a criação de uma comissão especial na Casa de Leis com o objetivo de investigar, de forma aprofundada, as falhas do poder público na prevenção e no enfrentamento à violência contra as mulheres no estado. Segundo ela, a estrutura da comissão permitirá ações semelhantes às previstas na CPI inicialmente proposta.

“Não havia como fazer um acordo nesse caso. Fui comunicada da impossibilidade de criar a CPI porque o governo não aceitaria. Então optamos por criar essa comissão para cumprir o mesmo papel”, afirmou a parlamentar.

Edna reforçou que não pediu autorização à Casa Civil ou ao Executivo para apresentar o requerimento.

Embora sem os mesmos instrumentos jurídicos de uma CPI, como a quebra de sigilo e a convocação obrigatória, a comissão terá um plano de trabalho voltado à coleta de informações, identificação de falhas institucionais e proposição de soluções legislativas.

A deputada explicou que a comissão construirá uma metodologia própria: não se trata de investigação criminal ou policial, mas de



Edna reforçou que não pediu autorização à Casa Civil ou ao Executivo para apresentar o requerimento

um processo legislativo para conhecer a realidade e propor mudanças necessárias.

Parte essencial do trabalho será investigar o caminho percorrido pelas vítimas de violência e feminicídio: se procuraram o Estado em busca de proteção, quais serviços estavam disponíveis e se, mesmo após buscar ajuda, acabaram assassinadas. A comissão também pretende mapear os pontos de acolhimento, identificar falhas no sistema e promover diálogos com a sociedade civil por meio de coletivos e audiências nos municípios.

“Queremos saber onde essas mulhe-

res encontraram ou não encontraram o Estado. Se foram assassinadas mesmo depois de buscar ajuda, que tipo de acolhimento foi dado? Qual foi a ação do poder público no socorro a essas vítimas?”, questionou a deputada.

Outro ponto levantado por Edna é a fiscalização do Orçamento Mulher, aprovado pela ALMT por iniciativa do deputado Carlos Avalone. Ela defende que é preciso verificar quanto foi destinado e efetivamente investido em políticas públicas para mulheres.

“Vamos olhar esse orçamento para saber quais recursos foram aplicados nas ações de proteção às mulheres, especialmente nos municípios com maiores índices de feminicídio”, afirmou.

O requerimento da comissão já está pronto e será apresentado oficialmente em breve. Edna pretende garantir o apoio de outras deputadas para fortalecer a legitimidade da proposta, como Janaína, titular da cadeira, e Sheila, que tem demonstrado sensibilidade ao tema.

A parlamentar citou ainda um caso recente em que uma mulher agredida não conseguiu registrar um boletim de ocorrência adequado na Delegacia da Mulher, tendo a situação registrada apenas como acidente de trânsito. Para Edna, o episódio reforça a necessidade de rever a legislação estadual.

“Esse tipo de caso mostra falhas no acolhimento e na investigação. Precisamos olhar para esses procedimentos, inclusive sob a ótica da legislação vigente, para que a violência contra a mulher seja tratada com a devida seriedade, independentemente do contexto em que ocorra”, destacou.

A deputada frisou que, além de analisar o cenário estadual, a comissão buscará referências em políticas públicas eficazes de outros estados e até experiências internacionais. Ela lembrou que o Brasil ocupa a quinta posição mundial em feminicídios e que Mato Grosso, mesmo sendo um estado economicamente próspero, lidera o ranking nacional de assassinatos de mulheres.

“Não estamos apenas em uma linha estatística. Precisamos compreender que estamos no topo desse ranking e pensar no que é possível fazer com os instrumentos que temos aqui no estado”, afirmou.

O objetivo central da comissão, segundo Edna, é claro: “Compreender o problema, identificar as falhas e propor mudanças reais para garantir a proteção das mulheres em Mato Grosso.”

PROIBIÇÃO DE VENDAS

Vereador sugere delivery como única opção para distribuidoras de bebidas durante a madrugada

Ranalli afirma que medida não é contra o álcool nem contra empregos, mas busca evitar aglomerações, perturbações e riscos à segurança pública durante a madrugada

■ | Maria Cardoso | Da Redação

O vereador **Rafael Ranalli (PL)** apresentou na Câmara Municipal de Cuiabá um projeto de lei que prevê a proibição do atendimento presencial em distribuidoras de bebidas entre 0h e 5h da manhã. A proposta permite apenas o funcionamento por delivery nesse período, com o objetivo de evitar aglomerações, perturbações do sossego e práticas criminosas associadas a esses estabelecimentos durante a madrugada.

O parlamentar esclarece que o projeto tem foco exclusivo nas distribuidoras, diferenciando-as de bares e outros comércios. Segundo ele, a iniciativa foi inspirada em experiências de cidades como Brasília e Goiânia, onde medidas semelhantes teriam resultado na redução da violência e de acidentes noturnos.

“A ideia é especificamente quanto às distribuidoras, que a gente sabe que prejudicam a vida do cidadão nos bairros. São festas feitas nesses locais, que acabam desviando da finalidade. Colocam mesa, som e geram aglomeração”, explicou Ranalli.

De acordo com o vereador, há denúncias de que muitas distribuidoras operam como fachadas para lavagem de dinheiro de facções criminosas, como o Comando Vermelho. Apesar disso, ele afirma que o objetivo da proposta não é criminalizar o setor, mas reduzir os riscos da circulação de pessoas alcoolizadas em horários críticos, muitas vezes envolvendo até familiares.

“O que eu não quero é aquela movimentação da pessoa alcoolizada, mandando o filho ou

a filha buscar mais bebida. No dia em que um parente seu for atropelado por alguém nessas condições, vão lembrar: aquele vereador maluco falou dessa ideia uma época”, destacou.

Ranalli também rebateu críticas de que estaria em campanha contra o álcool ou contra o emprego. Para ele, a medida busca equilibrar liberdade individual e responsabilidade coletiva, garantindo segurança sem inviabilizar o setor. O delivery, segundo o parlamentar, continuaria funcionando normalmente e poderia até fortalecer a renda de motoboys e entregadores.

O vereador reconhece que a proposta pode ser considerada impopular e demonstrou irritação com parte da imprensa, que, segundo ele, estaria estampando-o como um opositor das bebidas alcoólicas e até contra o emprego.

“Não é nenhuma empreitada contra categoria alguma. O projeto ainda está em discussão na Câmara e será debatido com os demais parlamentares. Não sei se consigo convencê-los, mas a discussão está aberta. Quem quiser beber, que se prepare antes, compre e deixe em casa”, concluiu Rafael Ranalli.



Foto: Assessoria

DEFESA DA DEMOCRACIA

Lúdio Cabral critica pedido de Eduardo Bolsonaro para exercer mandato dos EUA: “Completamente sem sentido e ilegal”

Parlamentar critica pedido de Eduardo Bolsonaro para manter mandato morando nos EUA e repudia discursos de anistia a golpistas



Lúdio ainda classificou a atuação de Eduardo Bolsonaro fora do Brasil como prejudicial aos interesses nacionais, acusando-o de agir contra o país e seus cidadãos

■ | Maria Cardoso | Da Redação

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) criticou duramente o pedido apresentado pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL) ao presidente da Câmara dos Deputados, Bruno Motta, solicitando autorização para continuar exercendo seu mandato mesmo residindo nos Estados Unidos. A solicitação incluía ainda a manutenção de salário e prerrogativas parlamentares, o que gerou reação imediata de setores da oposição.

Para Lúdio, a proposta não tem qualquer base legal e representa uma distorção grave da função parlamentar. Segundo ele, não há precedentes no Brasil de um parlamentar exercer mandato fora do país de forma contínua.

“Exercer o mandato no exterior não tem precedente na história do Brasil. É completamente sem sentido e ilegal. Se você estiver em uma viagem institucional, pode participar de atividades remotamente. Mas morar fora do país é continuar recebendo como deputado federal é inaceitável”, afirmou.

O parlamentar ainda classificou a atuação de Eduardo Bolsonaro fora do Brasil como prejudicial aos interesses nacionais, acusando-o de agir contra o país e seus cidadãos.

“Ele está nos Estados Unidos trabalhando contra o Brasil, conspirando contra o Brasil e a

população brasileira. Está tirando a última máscara do bolsonarismo, que era a máscara do falso patriotismo”, disse Lúdio.

Além da crítica ao pedido do deputado federal, Lúdio comentou sobre o julgamento dos envolvidos nos atos golpistas ocorridos após as eleições de 2022. Para ele, o momento exige responsabilidade institucional e não deve ser tratado com comemoração, mas com seriedade e respeito ao devido processo legal.

“O julgamento tem que transcorrer dentro da normalidade, com os responsáveis punidos de forma exemplar, e quem eventualmente for inocente, que seja absolvido. O Brasil precisa seguir seu curso institucional com normalidade”, afirmou.

O deputado também repudiou as tentativas de promover uma anistia ampla no Congresso Nacional para os envolvidos nos ataques às instituições democráticas. Para ele, a proposta é inconstitucional e apenas alimenta a instabilidade política.

Lúdio finalizou lembrando que aqueles que hoje clamam por anistia deveriam, no passado, ter aconselhado o ex-presidente Jair Bolsonaro a reconhecer a derrota nas urnas e aguardar o próximo ciclo eleitoral. Segundo ele, insistir em pautas que relativizam crimes cometidos contra a democracia é um desserviço ao país.

NOVELA MEXICANA

TRT não recebe propostas e futuro da Santa Casa de Cuiabá permanece indefinido

Após tentativa frustrada de venda por R\$ 54,7 milhões, futuro da Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá permanece indefinido e dívidas trabalhistas seguem sem solução

■ Maria Cardoso | Da Redação

A Santa Casa de Cuiabá, hospital centenário da capital mato-grossense, vive um dos capítulos mais delicados de sua história. Envolvida em uma grave crise financeira desde 2019, a unidade passou por intervenção pública, ações judiciais e, mais recentemente, por uma tentativa frustrada de venda judicial. Até o momento, o futuro do imóvel e dos serviços de saúde ali prestados permanece indefinido.

O colapso da Santa Casa teve início em março de 2019, quando a instituição anunciou o fechamento das portas após acumular uma dívida trabalhista milionária e atrasos salariais de até sete meses. Diante da situação emergencial, o Governo de Mato Grosso decretou a requisição administrativa do hospital, assumindo temporariamente a gestão da unidade com a promessa de manter os atendimentos à população.

Na prática, a Santa Casa foi incorporada à rede estadual de saúde, embora o prédio e o patrimônio tenham continuado sob responsabilidade da instituição filantrópica original. O passivo financeiro logo se tornou objeto de centenas de ações na Justiça do Trabalho. Segundo o Tribunal Regional do Trabalho de Mato Grosso (TRT-MT), mais de 860 processos foram movidos contra a instituição. Destes, 384 já foram encerrados mediante o pagamento de R\$ 7,3 milhões, en-



O colapso da Santa Casa teve início em março de 2019, quando a instituição anunciou o fechamento das portas após acumular uma dívida trabalhista milionária e atrasos salariais de até sete meses

quanto 476 continuam ativos, somando cerca de R\$ 43,7 milhões em dívidas.

Para garantir o pagamento desses valores, o TRT homologou um laudo pericial que avaliou o imóvel da Santa Casa em R\$ 78,2 milhões. Com base nesse valor, autorizou-se a alienação do bem. Em julho, foi lançado edital de venda direta do imóvel por R\$ 54,7 milhões (70% da avaliação oficial). O prazo para propostas terminou sem interessados, nem do Governo Federal, nem do Governo Estadual, nem da Prefeitura de Cuiabá ou de investidores privados.

Agora, o caso retorna ao juiz responsável pela execução trabalhista, que deverá decidir se o imóvel será levado a leilão público, se haverá novo edital ou se será adotada outra forma de execução. A indefinição ocorre em paralelo à reestruturação da rede estadual de saúde, que prevê a inauguração do novo Hospital Central de Cuiabá até o final de 2025. O Governo do Estado já sinalizou que os serviços da Santa Casa devem ser transferidos gradualmente para a nova unidade.

A possibilidade de encerramento definitivo preocupa gestores, trabalhadores e usuários do SUS, rea-

centendo o debate sobre a responsabilidade do Estado e do poder público diante do impasse judicial.

Um dos que se manifestaram com firmeza foi o deputado estadual Lúdio Cabral (PT), que defendeu a desapropriação imediata do imóvel pelo Governo do Estado, como alternativa ao leilão com deságio. Segundo ele, é inaceitável que o Estado se comporte como uma empresa privada, aguardando a arrematação por um valor abaixo do mercado, enquanto trabalhadores seguem sem receber e a saúde pública perde uma estrutura valiosa.

“Não faz sentido o Estado, que tem poder de desapropriação, esperar um leilão com deságio. Qualquer empresário pode comprar esse imóvel por um valor muito inferior ao débito com os trabalhadores, e o hospital ser desativado. Ponto final”, criticou o parlamentar.

Lúdio também lembrou que, no passado, o deputado Emanuelzinho buscou apoio junto ao Ministério da Saúde para a aquisição do hospital, iniciativa que não avançou, resultando na ida do imóvel a leilão.

O parlamentar rebateu ainda declarações que responsabilizam o Governo Federal ou a Prefeitura. Ele destacou que o Ministério da Saúde não pode adquirir o imóvel por iniciativa própria, embora esteja à disposição para apoiar financeiramente a operação, desde que o Estado conduza institucionalmente a negociação.

“O Estado não pode transferir essa responsabilidade para empresa privada, governo federal ou prefeitura. Hoje a Santa Casa é um hospital estadual, operado pelo Estado. O Ministério da Saúde está de portas abertas para ajudar, mas precisa ser demandado pelo governo estadual”, reforçou.

O caso da Santa Casa de Cuiabá segue sem desfecho, simbolizando tanto as fragilidades do modelo de filantropia hospitalar no Brasil quanto os desafios de garantir a continuidade de serviços essenciais. Sem interessados na compra e diante da inércia política, o patrimônio da saúde pública cuiabana permanece à espera de uma decisão que concilie os interesses dos credores, do poder público e da população usuária do SUS.

ALIANÇAS PARTIDÁRIAS

Fellipe Corrêa cobra atenção à verba do ensino e aposta em tecnologia para ampliar a segurança dos motoristas de app

O vereador defende como critério de desempate em concursos públicos municipais a linguagem de sinais

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

O vereador Fellipe Corrêa (Cidadania) destacou a importância de dar continuidade a projetos voltados para o transporte coletivo, educação e segurança pública, reforçando seu papel como legislador e pré-candidato a deputado estadual.

O parlamentar afirmou que seu foco principal é concluir o trabalho como vereador, mas ressaltou que seguirá atuando em pautas estratégicas para a cidade.

“Ainda não fui intimado da Casa e, assim que terminar a missão que tenho como vereador, vou respirar e ter clareza do que vai ser da minha vida, que eu reforço, como a de todos vocês”, disse. Ele explicou que se refere à “missão” como o compromisso com o transporte coletivo, tema que considera essencial para redistribuir custos de maneira justa e atender à população de forma eficiente, especialmente diante das dificuldades financeiras da prefeitura.

Um dos pontos abordados foi o pedido de retorno da mesa técnica do passe livre estudantil. Fellipe afirmou que a retomada das discussões é indispensável e revelou que já protocolou requerimento com a presidente da Câmara, Paula Calil, para se reunir com a prefeitura de Cuiabá e discutir a verba destinada à educação e ao transporte.

“O transporte coletivo é uma forma de redistribuir custos de maneira legítima e



O vereador também comentou sobre a decisão da Justiça que manteve o vereador Chico 2000 no cargo, ressaltando a importância de dar continuidade a projetos que já foram iniciados

justa. Precisamos de diálogo entre Câmara e Prefeitura para garantir que os estudantes continuem tendo acesso a esse benefício”, comentou.

O vereador também comentou sobre a decisão da Justiça que manteve o vereador Chico 2000 no cargo, ressaltando a importância de dar continuidade a projetos que já foram iniciados. Ele lembrou que várias de suas propostas seguem em anda-

mento e dependem do acompanhamento da presidência da Casa para tramitar. Entre elas estão iniciativas voltadas à inclusão da língua de sinais como critério de desempate em concursos públicos municipais, incentivando servidores capacitados a atender pessoas com deficiência em todas as áreas da prefeitura.

Outro projeto abordado trata da aplicação de tecnologia no transporte por aplicativo. A proposta prevê o uso de reconheci-

mento facial dos motoristas em plataformas de mobilidade urbana, com o objetivo de aumentar a segurança e evitar situações graves, como os assassinatos de motoristas ocorridos em 2024. Segundo ele, a tecnologia já está presente nos aplicativos, e o projeto busca ampliar essa funcionalidade para proteger tanto passageiros quanto motoristas de forma mais eficaz.

No âmbito das eleições de 2026, Fellipe Corrêa confirmou seu apoio à pré-candidatura de Samanta a deputada estadual, reforçando o compromisso com a

representação política local e a continuidade de projetos de sua gestão.

“É fundamental que projetos importantes para a cidade sejam acompanhados e continuem a tramitar, garantindo segurança, educação e mobilidade para todos. Estamos comprometidos em manter o diálogo com a prefeitura e assegurar que as políticas públicas tenham resultado efetivo para a população”, concluiu.

Acesse:
www.copopular.com.br

Centro-Oeste
Populart
É notícia, investigação é exclusividade!

MEDIDA ABUSIVA

Daniel Monteiro critica fusão de secretarias e defende autonomia de pastas em Cuiabá

Parlamentar afirma ser contra a redução do horário de funcionamento das distribuidoras e destaca que a medida pode prejudicar diversas famílias

Ana Carolina Guerra | Da Redação

O vereador Daniel Monteiro (Republicanos) comentou sobre temas que movimentam a política local, como a reorganização das secretarias municipais, o passe estudantil, a segurança pública e o funcionamento das distribuidoras de bebidas.

Em relação à fusão parcial de secretarias anunciada pela prefeitura, Monteiro afirmou que Jefferson continuará à frente do Esporte e Johnny Everson permanecerá na Cultura. Para o parlamentar, a medida configura apenas uma “mistura de alguns custos operacionais” e não uma fusão de fato. Ele reforçou a importância da autonomia funcional de cada secretário, destacando que, caso fosse necessário, eles deveriam se tornar adjuntos, o que, segundo ele, não ocorre.

O vereador também abordou a situação do passe livre estudantil em Cuiabá, criticando a cobrança de contrapartida do Governo do Estado. Segundo Monteiro, o benefício concedido no transporte público é de responsabilidade do município, e não cabe repassar os custos a outra esfera administrativa. Ele ressaltou que o passe líquido é essencial para os estudantes e que retroceder nesse direito seria inaceitável.

Com as mudanças recentes, a Secretaria de Mobilidade Urbana ficará sob a responsabilidade de Mirna. Monteiro considerou positiva a visita da gestora à Câmara, elogiando a recep-



Em relação à fusão parcial de secretarias anunciada pela prefeitura, Monteiro afirmou que Jefferson continuará à frente do Esporte e Johnny Everson permanecerá na Cultura

ção e destacando a necessidade de atenção à fusão entre Mobilidade Urbana e Segurança Pública. Ele lembrou que, constitucionalmente, a segurança é responsabilidade dos Estados e da União, e que, nos grandes municípios, o crescimento da guarda municipal ocorre enquanto o efetivo das polícias militares diminui, um fenômeno que exige cautela na gestão das secretarias.

O vereador Rafael Ranalli (PL) protocolou um projeto de lei que limita o horário de funcionamento das distribuidoras de bebidas

em Cuiabá, restringindo o atendimento presencial entre meia-noite e 4h59, permitindo apenas delivery nesse período. A proposta estabelece que as distribuidoras, atuando no atacado ou varejo, só poderão receber clientes presencialmente das 5h às 23h59, sendo definidas como estabelecimentos cuja atividade principal é a comercialização de bebidas alcoólicas ou não alcoólicas, sem consumo no local. O texto prevê exceções fundamentadas tecnicamente, sempre com base no interesse público.

Ranalli justificou a iniciativa argumentando que a circulação descontrolada de pessoas durante a madrugada em frente às distribuidoras está associada ao aumento de perturbações, violência e acidentes, e que a proposta visa minimizar esses impactos sem prejudicar a atividade econômica do setor. A fiscalização e eventual aplicação de sanções ficarão a cargo de órgão a ser definido pelo Poder Executivo.

Sobre a proposta, Monteiro se posicionou contrário à restrição de comércio. Para ele, toda medida desse tipo encarece produtos e prejudica os comerciantes, sem garantir a solução dos problemas sociais que se pretende combater.

“Precisamos parar de sobrecarregar o comerciante. Falamos tanto em livre mercado, mas não passa uma semana sem que projetos sejam apresentados nesta Casa que vão contra essa lógica. Os comerciantes, assim como todos os outros, têm contas e folhas de pagamento para honrar. Ao comprometer a funcionalidade dos estabelecimentos, certamente haverá impacto negativo no bolso desses empresários. Por isso, me coloco de forma contrária, pois não acredito que essas medidas resolvam o problema social que se pretende combater”, finalizou.

OPERAÇÃO PERFÍDIA

Sargento Joelson volta à Câmara de Cuiabá enquanto investigação segue

A medida judicial reafirma que o afastamento não encerra o processo investigativo e gera reações de integrantes da Câmara sobre a condução da justiça

Ana Carolina Guerra | Da Redação

O Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) determinou o retorno do **vereador Sargento Joelson** ao cargo na Câmara Municipal de Cuiabá. O parlamentar estava afastado desde abril de 2025 em razão da Operação Perfídia, que investigou supostas irregularidades no uso da verba indenizatória e eventual utilização indevida de cargos comissionados para fins pessoais e políticos.

O recurso da defesa de Sargento Joelson foi acatado pela Quarta Câmara Criminal do TJMT, permitindo que ele reassuma imediatamente suas funções legislativas. O afastamento havia ocorrido paralelamente ao do vereador Chico 2000, ex-presidente da Casa, também atingido por determinação judicial.

Segundo as investigações, iniciadas a partir de denúncia recebida pela Delegacia Especializada em Crimes Contra a Administração Pública (DECCOR) em 2024, parlamentares teriam solicitado propina a um funcionário da empresa responsável pelas obras do Contorno Leste, vinculada à aprovação de matéria legislativa que autorizava a quitação de valores devidos pelo município à empresa em 2023.

Em entrevista, a presidente da Câmara, Paula Calil (PL), destacou que a Casa ainda não foi oficialmente notificada sobre o retorno de Joelson. Ela explicou que aguardam a notificação judicial, seja por oficial de justiça ou e-mail, e que, assim que isso ocorrer, os vereadores titulares reassumirão suas funções.



Até o momento, segundo a parlamentar, não houve comunicação formal.

O vereador Daniel Monteiro (Republicanos) afirmou que vê o retorno de Joelson com naturalidade e destacou a importância de respeitar os princípios do Estado democrático de direito. Segundo ele, a cautela que determinou o afastamento baseou-se em fatos que não ocorreram no mandato vigente, e a decisão judicial atual respeita esse princípio.

O retorno de Sargento Joelson ocorre enquanto os procedimentos investigativos seguem em andamento, e o TJMT reforça que a decisão não encerra a Operação Perfídia. A expectativa é de que a Câmara retome a normalidade nas atividades parlamentares, enquanto o acompanhamento da Justiça garante transparência e o devido processo legal.

TENSÃO ENTRE PODERES

Deputado Cattani critica julgamento de Bolsonaro e aponta “teatro jurídico” no STF

Deputado critica julgamento de Bolsonaro no STF, aponta suposta parcialidade de Alexandre de Moraes e denuncia falta de reação do Senado diante do que chama de “teatro jurídico”

Maria Cardoso | Da Redação

O deputado estadual Lúdio Cabral (PT) criticou duramente o pedido apresentado pelo deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL) ao presidente da Câmara dos Deputados, Bruno Motta, solicitando autorização para continuar exercendo seu mandato mesmo residindo nos Estados Unidos. A solicitação incluía ainda a manutenção de salário e prerrogativas parlamentares, o que gerou reação imediata de setores da oposição.

Para Lúdio, a proposta não tem qualquer base legal e representa uma distorção grave da função parlamentar. Segundo ele, não há precedentes no Brasil de um parlamentar exercer mandato fora do país de forma contínua.

“Exercer o mandato no exterior não tem precedente na história do Brasil. É completamente sem sentido e ilegal. Se você estiver em uma viagem institucional, pode participar de atividades remotamente. Mas morar fora do país e continuar recebendo como deputado federal é inaceitável”, afirmou.

O parlamentar ainda classificou a atuação de Eduardo Bolsonaro fora do Brasil como prejudicial aos interesses nacionais, acusando-o de agir contra o país e seus cidadãos. “Ele está nos Estados Unidos trabalhando contra o Brasil, conspirando contra o Brasil e a população brasileira. Está tirando a última máscara do bolsorismo, que era a máscara do falso patriotismo”, disse Lúdio.

Além da crítica ao pedido do deputado federal, Lúdio comentou sobre o julgamento dos envolvidos nos atos golpistas ocorridos após as eleições de 2022. Para ele, o momento exige responsabilidade institucional e não deve ser tratado com comemoração, mas com seriedade e respeito ao devido processo legal.



“O julgamento tem que transcorrer dentro da normalidade, com os responsáveis punidos de forma exemplar, e quem eventualmente for inocente, que seja absolvido. O Brasil precisa seguir seu curso institucional com normalidade”, afirmou.

O deputado também repudiou as tentativas de promover uma anistia ampla no Congresso Nacional para os envolvidos nos ataques às instituições democráticas. Para ele, a proposta é inconstitucional e apenas alimenta a instabilidade política.

Lúdio finalizou lembrando que aqueles que hoje clamam por anistia deveriam, no passado, ter aconselhado o ex-presidente Jair Bolsonaro a reconhecer a derrota nas urnas e aguardar o próximo ciclo eleitoral. Segundo ele, insistir em pautas que relativizam crimes cometidos contra a democracia é um desserviço ao país.

**Acesse:
www.tangaraonline**



TRANSPARÊNCIA NA CASA

Presidente da Câmara esclarece situação de vereadores afastados e pedidos de saída

Paula Calil abordou movimentações locais e nacionais, destacando o retorno de vereadores afastados, a situação de Chico no PL e questionamentos sobre mandatos de deputados fora do país

■ Ana Carolina Guerra | Da Redação

A presidente da Câmara Municipal de Cuiabá, Paula Calil (PL), comentou sobre diferentes assuntos que movimentam tanto a política local quanto o cenário nacional. Entre os temas abordados, destacou a possível saída do vereador Chico 2000 (PL) do partido, o julgamento do ex-presidente Jair Bolsonaro no Supremo Tribunal Federal (STF) e o pedido do deputado Eduardo Bolsonaro para continuar exercendo seu mandato nos Estados Unidos.

Em junho deste ano, Chico 2000 foi alvo de uma operação que investigava a compra de votos durante a campanha eleitoral de 2024. A denúncia partiu do atual prefeito, Abilio Brunini, ainda quando exercia o cargo de deputado estadual. Durante as investigações, o vereador foi afastado de suas funções na Câmara e, após três meses, obteve o direito de retornar. Recentemente, informações vazadas à imprensa indicaram que Chico estaria articulando sua saída do PL.

Após a repercussão, Paula Calil afirmou que, até o momento, não houve qualquer formalização do pedido. Segundo ela, apesar de o vereador já ter manifestado o desejo de deixar a sigla, nada foi oficializado junto à legenda.



Sobre a recondução de parlamentares afastados por decisão judicial, a presidente explicou que a Casa já tem conhecimento do posicionamento do tribunal

Sobre a recondução de parlamentares afastados por decisão judicial, a presidente explicou que a Casa já tem conhecimento do posicionamento do tribunal, mas ainda não foi notificada oficialmente.

“Estamos aguardando a notificação judicial, seja por oficial de justiça ou e-mail. Assim que formos comunicados, os vereadores

titulares retornam às suas funções na Casa”, afirmou.

Paula destacou ainda que a Câmara deve conduzir o processo com transparência e respeito às decisões judiciais. Segundo ela, o retorno dos parlamentares afastados também trará normalidade financeira, já que atualmente a Casa arca com salários extras devido às substituições.

A presidente também comentou a possibilidade de abertura de uma comissão processante para apurar suposta quebra de decoro parlamentar dos vereadores Joel Assou e Chico 2000. No entanto, ressaltou que a medida depende do acesso completo aos autos do inquérito:

“É necessário ter clareza sobre o objeto, os fatos e os fundamentos para que possamos tomar as providências cabíveis”, disse.

No cenário nacional, Paula saiu em defesa do ex-presidente Bolsonaro e criticou as medidas judiciais contra ele. Para a parlamentar, uma eventual condenação representaria a “maior injustiça política do país”.

“Se realmente o ex-presidente Jair Messias Bolsonaro for condenado, será a maior injustiça política. São medidas desproporcionais, e não acredito que ele teria liderado a suposta trama golpista”, declarou.

Já em relação ao pedido de Eduardo Bolsonaro para continuar exercendo seu mandato a partir dos Estados Unidos, Paula demonstrou ceticismo:

“Não acredito que seja permitido atuar em outro país por meio de plataformas online. Para ser sincera, não tenho conhecimento detalhado da legislação sobre o assunto, mas, sinceramente, não creio que um pedido como esse seja acatado”, concluiu.

CHÁCARA À VENDA 15KM DE CUIABÁ

LINDA PROPRIEDADE COM 3 QUARTOS (2 SUÍTES), PISCINA, CHURRASQUEIRA, FOGÃO A LENHA, GALINHEIRO, CHIQUEIRO E TOTALMENTE CERCADA.



TEM INTERESSE?

R\$ 800 MIL – ACEITA PROPOSTA

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

APARTAMENTO À VENDA

MOBILIADO, 2 QUARTOS, PRÓXIMO AO CPA E A APENAS 300M DO SHOPPING PANTANAL. ÓTIMA LOCALIZAÇÃO E ACABAMENTO DE PRIMEIRA!



TEM INTERESSE?

FALE COM ELÍDIO: (65) 9 8471-6641

FALTA DE FISCALIZAÇÃO

Secretaria Municipal de Saúde investiga denúncias de venda ilegal de medicamentos controlados em farmácia de Cuiabá

Consumidores relatam aquisição de psicotrópicos e antibióticos sem receita médica em drogaria; caso levanta suspeitas de omissão de órgãos fiscalizadores

Ana Carolina Guerra | Da Redação

O jornal Centro Oeste Popular recebeu denúncias sobre a comercialização irregular de medicamentos controlados em uma farmácia de Cuiabá. Segundo relatos de consumidores, a unidade estaria vendendo remédios de tarja preta, cuja dispensação só é permitida mediante apresentação de receita médica, sem exigir qualquer documentação legal.

As denúncias indicam que clientes teriam adquirido psicotrópicos e antibióticos apenas informando o nome do medicamento, sem necessidade de prescrição ou documento de identidade. As práticas configuram infrações sanitárias graves e crimes contra a saúde pública, previstos nos artigos 273 e 280 do Código Penal, cujas penas podem chegar a 15 anos de reclusão, além de multas e sanções administrativas.

O Centro Oeste Popular apurou que o diretor do Hospital Adauto Botelho, Paulo Henrique de Almeida, referência em saúde mental em Mato Grosso, já recebeu relatos semelhantes de familiares de pacientes internados. Procurado pela reportagem, o proprietário da farmácia negou as acusações e optou por não conceder entrevista. Novas tentativas de contato não tiveram retorno até o fechamento desta edição.

Apesar da gravidade dos fatos, fontes ligadas ao setor apontam que a denúncia pode



Apesar da gravidade dos fatos, fontes ligadas ao setor apontam que a denúncia pode não avançar devido à influência do dono da drogaria

não avançar devido à influência do dono da drogaria. O jornal também buscou informações junto ao Ministério Público Estadual e à Secretaria Municipal de Saúde.

Especialistas alertam que a automedicação é um problema crônico no Brasil, atingindo cerca de 90% da população. A venda indiscriminada de medicamentos controlados aumenta os riscos de dependência química, reações adversas graves e resistência bacteriana. Dados da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) mostram que, entre 2014 e 2021, foram comercializadas mais de 345 milhões de caixas de ansiolíticos e antidepressivos no país. O clonazepam, genéri-

co do Rivotril, lidera as vendas, com mais de 10 milhões de caixas anuais.

O caso em Cuiabá ocorre em um contexto de expansão acelerada do mercado farmacêutico brasileiro. Segundo levantamento da consultoria IQVIA, o Brasil é hoje o terceiro maior consumidor de medicamentos por meios digitais, atrás apenas dos Estados Unidos e da Alemanha. Somente em 2024, foram abertas 5,4 mil novas farmácias, uma média de 22 inaugurações por dia. Entre janeiro e julho do mesmo ano, o setor movimentou R\$ 58,3 bilhões, segundo a Associação Brasileira de Redes de Farmácias e Drogarias (Abrafarma).

Diante das denúncias, órgãos de controle, como a Vigilância Sanitária, o Conselho

Regional de Farmácia de Mato Grosso (CRF-MT) e o Ministério Público, devem intensificar as apurações, incluindo fiscalização no estabelecimento, verificação de estoques e análise documental. A Anvisa também pode ser acionada em caso de descumprimento da legislação federal.

A Secretaria Municipal e a Vigilância Sanitária de Cuiabá afirmaram que o caso será apurado, mas, até o fechamento desta edição, não houve manifestação. Enquanto isso, cresce a pressão da sociedade por respostas rápidas e medidas efetivas que garantam a segurança da população diante do comércio ilegal de medicamentos.



MAIS DE
1 MILHÃO
DE LEITORES POR MÊS

Journal **Popular****tangara**
ONLINE.COM.BR**AnotíciaMT**
.COM.BR**RESUMO**
ONLINE.COM.BR

GRUPO NA WEB

www.copopular.com.brwww.anoticiamt.com.brwww.tangaraonline.com.brwww.resumoonline.com.br

O maior portal de notícias do médio norte alcançando mais de 400 mil leitores mês.